

PREFÁCIO

Paulo Marques Alves
Raquel Varela

Em meados do século XIX, Marx e Engels afirmavam em *A Ideologia Alemã* não só que o trabalho é uma atividade vital como, indo mais longe, enfatizaram que ele constitui a condição chave da existência da vida humana, sendo o princípio estruturador das sociedades e da história. Nesta obra, o trabalho surge-nos, por um lado, como «trabalho dos homens sobre a natureza» e, por outro, como «trabalho dos homens sobre os homens»¹. O trabalho desempenha um papel de dupla mediação: na relação entre os homens e a natureza e na relação entre os próprios homens. Através do trabalho, eles transformam e transformam-se.

Depois de afirmarem a importância crucial que o trabalho assume na estruturação das sociedades, sublinham a absoluta necessidade de o «abolir»². Já anteriormente, Marx havia referido que o trabalho era «evitado como uma praga»³. Parece estarmos perante uma contradição. Mas ela é apenas aparente.

O que sucede é que o capitalismo transformou o princípio que funda a vida humana em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O trabalho

¹ Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã* (Lisboa, Editorial Presença, 1980 [1845-46]): 44.

² Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã*: 82.

³ Karl Marx, *Os Manuscritos Económico-Filosóficos* (Porto, Brasília Editora, 1971 [1844]): 27.

tornou-se numa atividade imposta, forçada e extrínseca aos indivíduos, uma fonte de anti-humanismo, de alienação e de exploração que os impede de se realizarem pessoalmente.

O que resta ao homem é a sua força de trabalho, a qual é vendida «a retalho como qualquer outro artigo de comércio [estando sujeita] a todas as vicissitudes da concorrência e a todas as flutuações do mercado»⁴. Trata-se de uma mercadoria especial que é consumida, juntamente com outras, no processo de produção, e que possibilita a criação de novas mercadorias com um valor de troca superior ao valor que foi investido na sua compra. O uso que dela é feito é assim fonte de valor. Esta distinção que Marx opera entre «trabalho» e «força de trabalho» está na base da compreensão da formação do valor.

A alienação, expressão da relação social dominante no capitalismo, efetiva-se quer na perda dos objetos do trabalho por parte de quem os produz, pois as mercadorias são-lhe estranhas ao serem apropriadas por outrem, quer no próprio ato de produção, pois o trabalhador não é livre, antes estando submetido à ordem capitalista. Mas efetiva-se igualmente devido à transformação do trabalho de atividade vital em mero meio de satisfação das necessidades do ser social e que lhe permitem garantir a sua existência. Em consequência, o homem torna-se estranho relativamente à sua própria essência e em relação aos outros homens.

É neste quadro que Marx e Engels defendem a necessidade da «abolição do trabalho». Ela significa a superação do trabalho assalariado, que despersonaliza, degrada, desumaniza.

Cerca de um século e meio após as formulações de Marx, alguns cientistas sociais vieram decretar o fim do trabalho, ao passo que outros defendem o fim da sua centralidade nas sociedades contemporâneas⁵. Ainda que partindo de pressupostos teóricos muito distintos, em traços muito genéricos, para todos eles, as sociedades teriam deixado de se organizar em torno do trabalho, o qual teria deixado de ser um

⁴ Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista* (Lisboa, Editorial Avante!): 67.

⁵ Entre outros vejam-se, André Gorz, *Métamorphoses du Travail, Quête de Sens : Critique de la Raison Économique* (Paris: Galilée, 1988). André Gorz, *Misères du Présent, Richesse du Possible* (Paris: Galilée, 1997). Dominique Média, *O Trabalho: um Valor em Vias de Extinção* (Lisboa: Fim de Século, 1999 [1995]). Claus Offe, *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política* (São Paulo: Brasiliense, 1989 [1985]). Jeremy Rifkin, *The End of Work: the Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the New Post-market Era* (New York: G. P. Putnam, 1995).

referencial identitário e de integração social. Para sustentar estas teses carregam-se argumentos que remetem para o decréscimo do tempo de trabalho ou para o aumento dos níveis de desemprego. Estar-se-ia, inclusivamente, perante a passagem da «sociedade do trabalho» para uma outra forma societal designada de vários modos consoante o enfoque teórico.

Acresce que o trabalho aparece hoje a muitos como uma abstração (mas não é). Isso é algo impossível de ocorrer nas sociedades camponesas, onde o sentido de produção coletiva é concreto – «a comida não cai na mesa de ninguém» vinda de longe. É produzida ali, em frente a casa. Na vida em aldeia é impossível não compreender que a manutenção da sociedade depende do trabalho e que se este não for realizado, necessidades vitais não serão asseguradas. O mesmo não se passa na cidade onde a noção de centralidade do trabalho é ofuscada por uma complexificação de relações sociais em que várias formas de não-trabalho como rendas, lucros, assistencialismo familiar e estatal (ajuda das famílias ou do Estado via impostos) jogam nas sociedades europeias um papel central.

As ciências sociais e humanas têm sido pródigas no enunciar de teorias que não resistem a um confronto com a realidade, sendo rapidamente desmentidas pelos factos. As concepções sobre o fim do trabalho ou da sua centralidade são disso um exemplo, pelo que as podemos inscrever na mesma linha de outras como as que postulam o fim da história⁶ em consequência do triunfo, considerado irreversível, do neoliberalismo; as que afirmam o fim das classes ou, pelo menos, a perda da sua validade teórica assim como do poder explicativo deste conceito numa sociedade definida como «pós-moderna» e individualista⁷; as que decretam o fim das ideologias⁸; ou ainda as que

⁶ Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem* (Lisboa: Gradiva, 1999 [1992]).

⁷ Terry Clark, e Seymour Martin Lipset, “Are Social Classes Dying?”, *International Sociology* 6, n.º 4 (1991): 397-410. Jan Pakulski, Malcom Waters, *The Death of Class* (Londres: SAGE, 1996).

⁸ Daniel Bell, *The End of Ideology: on the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties* (New York: The Free Press, 1965 [1960]). Seymour Martin Lipset, *Political Man* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1981 [1960]). Raymond Aron, *L’Opium des Intellectuelles* (Paris : Pluriel, (2010 [1955])).

determinam a decadência inexorável do sindicalismo⁹ ou o fim da militância, igualmente anunciada constantemente¹⁰.

O que a realidade nos mostra é que, ao invés da supressão do trabalho, se tem vindo a assistir antes ao crescimento do número de trabalhadores nele envolvidos. Nesta nova etapa de desenvolvimento do capitalismo, pois a sociedade atual continua a ser movida pela lógica do capital e pelo respetivo processo de valorização, o trabalho não se extinguiu e o que se verifica verdadeiramente é que sofreu profundas transformações, ao ter-se tornado, para largos sectores, mais instável, multifacetado, intensificado e desvalorizado.

Deste modo, o proclamado fim do trabalho constitui simultaneamente um mito mas também uma tentativa de mistificação.

Um mito, porque se tivermos uma perspetiva de longa duração, vemos que se tem registado um crescimento da população ativa e até do emprego nos países centrais do capitalismo, para não falar do que acontece no resto do planeta. Por outro lado, o tempo de trabalho permanece elevado e o seu decréscimo relativo até abrandou na época áurea destas formulações e ao mesmo tempo que o desemprego explodia. E outros indicadores, de carácter mais qualitativo, podem ser igualmente mobilizados no sentido da refutação destas teses. Por exemplo, o trabalho permanece no centro do debate nos campos social e político e nunca como hoje se assistiu a uma instrumentalização do sistema de educação-formação para o colocar «ao serviço da economia».

O capitalismo não suprimiu o trabalho, até porque não pode prescindir do trabalho vivo. Só ele produz valor e embora possa ser reduzido em alguns ramos de atividade em resultado da reestruturação produtiva assente na introdução maciça dos sistemas flexíveis de produção e dos novos modelos de gestão, amplia-se noutros. O capitalismo tem evidenciado essa capacidade para gerar emprego, inclusivamente em ramos inteiramente novos. Veja-se o caso dos call centers, da restauração rápida ou do ainda mais recente trabalho prestado por meio de plataformas informáticas.

⁹ Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo* (São Paulo: EDUSP, 1999).

¹⁰ Geneviève Poujol, Madeleine Romer, *L'apprentissage du Militantisme. Enquête Auprès des Organisations de Jeunesse* (Paris: LSCI/IRESO-CNRS, 1999).

Deste modo, como bem nota Antunes¹¹, verifica-se atualmente uma contradição no mundo do trabalho que é muito relevante. Se, por um lado, se reforça o sentido da «perenidade» do trabalho vivo, por outro lado, acentua-se a sua «superfluidade», traduzida numa enorme massa de trabalhadores precários e dos que engrossam constantemente as fileiras do desemprego.

Mas quando se afirma o fim do trabalho estamos igualmente perante uma enorme mistificação, dado isso ser apresentado como sinónimo de progresso, como sendo um aspeto central da dinâmica de inovação das sociedades contemporâneas, por vezes até como constituindo uma libertação do trabalho ou do salaríato. Pelo contrário, tudo o que tem resultado de uma imposição do mercado e que vem pressionando o salaríato (precarização, desemprego maciço, destruição das formas de regulamentação coletiva de trabalho, crescente individualização das relações de trabalho, flexibilização da legislação laboral, fomento do «empreendedorismo», redução salarial, intensificação do trabalho e aumento da sua penosidade, flexibilidade do tempo de trabalho e dos efetivos, etc.) constitui antes um perigoso retrocesso civilizacional que se consubstancia numa desvalorização do trabalho em larga escala. Ao invés de se eliminar o trabalho vivo, procede-se à sua precarização nas suas várias dimensões e à intensificação do seu consumo. É esta a resposta do capitalismo à queda da taxa de lucro: extração de mais-valia absoluta; aumento da exploração do trabalho.

E é esta ampliação sem precedentes da precariedade e do desemprego que constituem os dados novos mais relevantes no quadro das alterações ocorridas nas últimas décadas, nas quais se verificou uma profunda mudança no processo de valorização do capital, com a entrada na era da «acumulação flexível»¹².

Ao invés da supressão do trabalho, o que de facto caracteriza esta nova época de desenvolvimento do capitalismo é que o salaríato se torna mais instável e multifacetado. Uma dupla mudança ocorre. Por um lado,

¹¹ Ricardo Antunes, *O Caracol e a sua Concha. Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2005).

¹² David Harvey, *A Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural* (São Paulo: Loyola, 1993 [1989]).

quantitativa, consubstanciada num decréscimo da força de trabalho industrial e o seu crescimento nos serviços, verificada em particular nos países centrais do capitalismo; por outro, qualitativa, remetendo para uma «nova morfologia do trabalho»¹³, tendo como consequência uma sua «heterogeneização, complexificação e fragmentação»¹⁴.

Esta mudança é tanto mais relevante tendo em conta que, como Castel¹⁵ sublinha, o trabalho assalariado constitui a matriz de uma condição social que alia ao trabalho estável à existência de direitos sociais, nomeadamente de uma proteção social que cobre os principais riscos não só dos assalariados e suas famílias, mas também dos não assalariados e, inclusivamente, dos não ativos.

Por conseguinte, há que redescobrir o trabalho, tornar visível o que alguns pretendem ocultar e apreender toda a sua complexidade a partir dos olhares diversos que são protagonizados pelas várias ciências, numa perspetiva inter e multidisciplinar. Por outro lado, há que evidenciar igualmente as consequências da intensificação e da desvalorização do trabalho, nomeadamente para a saúde dos trabalhadores e as suas condições de vida, bem como realçar as modalidades de resistência que estes lhes opõem – no passado como no presente.

De sublinhar que um trabalho desvalorizado só poderá ganhar centralidade quando, por força das organizações políticas e sindicais, se disputa no campo da consciência política essa condição – a consciência de que nada é tão importante para assegurar a existência da humanidade como o trabalho, a partir do qual tudo é central. Tudo nasce e perece do trabalho enquanto atividade de domínio do homem sobre a natureza, de criação¹⁶. E do trabalho enquanto relação social. Mutável necessariamente.

E, contrariamente à miragem das concepções sobre o fim do trabalho que, no fundo, acabam por constituir uma fonte de legitimação do status quo existente, ter uma outra perspetiva, a da libertação do salariado.

13 Ricardo Antunes, *O Caracol e a sua Concha*.

14 Ricardo Antunes, *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2005 [1999]): 209.

15 Robert Castel, “Centralité du Travail et Cohésion Sociale”, in *Le Monde du Travail*, ed. Jacques Kergoat et al. (Paris : Éditions La Découverte, 1998): 50-65.

16 György Lukács, *Para uma Ontologia do Ser Social* (São Paulo: Boitempo, 2012).